

---

# O RACIONALISMO EM DAVID HUME

LORENA FIUNGO DA SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo expor a teoria do conhecimento em David Hume e como ele problematiza o racionalismo. Para tanto, pretende-se examinar as principais obras do autor e analisar como ele compreende o problema da formação do conhecimento humano em geral e o status da matemática enquanto conhecimento, além de abordar a influência cartesiana na teoria humiana por meio das teorias de Berkeley e Locke.

**PALAVRAS-CHAVE:** David Hume; Teoria das ideias; Matemática; Empirismo; Racionalismo

## INTRODUÇÃO

David Hume é, em alguns momentos, considerado um cético. O próprio autor assim se identifica em um panfleto apresentando sua famosa obra, *Tratado da Natureza Humana* (Hume, *apud* Fogelin, 2009, p. 209). Defensor de que o conhecimento deriva de verdades obtidas através da experiência, Hume fundamenta sua teoria na noção de percepções – que se dividem em *impressões e ideias*. Posteriormente, nas *Investigações*, Hume divide os objetos da razão em dois tipos: relações de ideias e questões de fato.

O presente trabalho busca (i) mostrar a influência de Descartes sobre o pensamento humiano no que se refere a origem das ideias; (ii) compreender o papel das ideias em relação ao conhecimento humano em geral, bem como (iii) compreender em que medida se pode falar de algum apriorismo na filosofia humiana (particularmente, no caso do uso do Princípio de Não-Contradição na fundamentação da matemática) e compreender o papel das ideias nesse contexto. Buscar-se-á neste estudo res-

ponder se há possibilidade de falar sobre algum racionalismo na filosofia da ciência de Hume.

## TEORIA DAS IDEIAS EM DESCARTES

Em sua teoria, René Descartes defende que a razão é a verdadeira fonte de conhecimento universal, pois ela viabiliza as ideias e os princípios que o ser humano conhece. Embora recorra, metodologicamente, a argumentos céticos para justificar sua tese, o autor afirma que o conhecimento associado às percepções sensoriais frequentemente leva ao erro e, por isso, não se deve dar credibilidade como conhecimento seguro.

Partindo da premissa de que tudo o que se origina dos sentidos seja falso, Descartes questiona a natureza da mente humana. O autor propõe, metodologicamente, ao supor que essas percepções possam ser todas falsas, que nunca existiu algo além dos enganos já representados pela memória. E, negando a existência de coisas exteriores, até mesmo do corpo, quebra por completo a necessidade dos sentidos para obtenção de conhecimento.

Desconsiderada a possibilidade das sensações como fonte de conhecimento seguro, Descartes pressupõe a existência de um deus enganador (*génie malin*), extremamente poderoso e astucioso. Esse deus “que me engana o quanto pode, nunca poderá fazer, porém, que eu nada seja, enquanto eu pensar que sou algo” (DESCARTES, 2004, p. 45).

Após examinar essas ideias, Descartes finalmente estabelece que o enunciado “eu sou, eu existo” (*Ego sum, ego existo*) é, necessariamente, verdadeiro em todas as vezes que é pronunciado ou originado na mente. E essa dúvida metódica (de que o que seja oriundo dos sentidos não seja certo) fará com que, nas três primeiras meditações metafísicas, o sujeito saia do “eu sinto” para o “eu penso”, o *cogito*<sup>2</sup>.

Mas, de onde sei que não há algo diverso de todas as coisas cujo censo acabo de fazer e a respeito de que não haveria a mais mínima ocasião de duvidar? [...] Mas já me persuadi de que não há no mundo totalmente nada, nenhum céu, nenhuma terra, nenhuma mente e nenhum corpo. Portanto, não me persuadi de que eu, também não era? Ao contrário, eu certamente era, se me persuadi de algo ou se somente pensei algo. (DESCARTES, 2004, p. 43-45)

Posteriormente, o autor utiliza seu principal argumento – o cogito – para provar que Deus existe. No entanto, a terceira meditação foi formulada com o intuito de provar a existência de Deus, tendo como fio condutor uma análise da ideia e do princípio de causalidade.

A teoria das ideias formulada por Descartes desempenha um papel de suma importância para a prova da existência de Deus, pois essa ideia de um ser infinito e que concebemos em nossos pensamentos é a base da sua argumentação.

Ao referir-se à ideia enquanto ato, o autor afirma que ela é verdadeira, pois se encontra no pensamento. Há outra característica da ideia: a realidade objetiva. Esta remete à complexidade e aos graus de realidade, de acordo com Descartes (2004, p. 81-85). Com isso, podemos perceber que há ideias que possuem mais realidade do que outras.

Agora, no que se refere às ideias, se consideradas em si mesmas e não referidas às coisas a que se reportam, não podem ser propriamente falsas. Pois imagine uma cabra ou uma quimera, não é menos verdadeiro que imagino tanto uma quanto a outra. (DESCARTES, 2004, p. 75)

Para Descartes, algumas ideias parecem inatas, adventícias, enquanto outras parecem inventadas por *mim mesmo*<sup>3</sup>. Para o autor, Deus existe e é a causa da ideia que temos d’Ele. Enquanto somos apenas potência, Deus existe em todas as suas infinitas qualidades concebidas por nós. Porém, jamais podemos compreendê-lo em sua totalidade.

E, assim, a ideia de Deus permanece a única em que se deve considerar se há algo que não poderia provir de mim. Entendo pelo nome de Deus certa substância infinita, independente, eterna, imutável, sumamente, inteligente e sumamente poderosa e pela qual eu mesmo fui criado e tudo o mais existente, se existe alguma outra coisa. Por isso, do que foi dito deve-se concluir que Deus existe necessariamente. Pois, embora haja em mim certa ideia de substância, pelo fato mesmo de que sou substância, não seria, por isso, no entanto, a ideia de substância infinita, já que sou finito, a menos que ela procedesse de alguma substância que fosse deveras infinita. (DESCARTES, 2004, p. 91)

De acordo com Descartes (2004, p. 93), a ideia de um ser perfeito e infinito também é clara e distinta ao máximo, pois tudo aquilo que é percebido de maneira clara e distinta, que é real e contém alguma perfeição, está contido nela.

Além da ideia de ser perfeito, Descartes expõe uma segunda prova: a causalidade. Esta é um princípio importante para a prova da existência de Deus em Descartes, pois, para que possamos obter tal verdade, é necessário presumir uma causa para sua existência, ou seja, Deus existe com base na ideia d'Ele que foi causada em nós.

Agora, é em verdade manifesto à luz natural que na causa eficiente e total deve haver pelo menos tanto quanto há em seu efeito. Pois, pergunto, de onde o efeito poderia receber sua realidade senão da causa? E como esta poderia dá-la, se não a possuísse também? (DESCARTES, 2004, p. 81)

Além de uma ideia causada em nós, o autor nos coloca diante da causa de um ente finito, onde a realidade da substância finita não é o bastante para ser a causa da realidade objetiva da concepção de Deus. Isto se deve ao fato de se tratar de uma substância finita com menor grau de realidade formal do que o grau de realidade objetiva contido na ideia de Deus, de acordo com Descartes (2004, p.82-83).

Mas, como toda ideia é uma obra da mente, a natureza dessa ideia é tal que ela não exige por si mesma nenhuma outra realidade formal além da que recebe de meu pensamento ou de minha mente, da qual é um modo, isto é, uma maneira ou feitiço de pensar. Mas, que essa ideia contenha esta e não aquela realidade objetiva, deve-o ela seguramente a alguma causa da qual a recebeu e na qual há no mínimo tanta realidade formal quanto essa ideia contém de realidade objetiva. (DESCARTES, 2004, p. 83)

A razão sozinha não pode garantir que uma ideia projetada por nós esteja de acordo com a realidade. Assim, em todos os nossos pensamentos de verdade ou falsidade, existem vários fatores que impossibilitam saber se existe outra coisa para nossas ideias além de nós mesmos. Tais fatores também são dados por uma de nossas ideias inatas.

Também podemos ter algumas ideias inatas, claras e distintas que associamos a coisas corporais, como as ideias de número e substância, que não advêm das impressões sensíveis. E uma vez que podemos tirá-las das ideias que temos de nós mesmos como seres pensantes ou da relação dos nossos pensamentos claros e distintos, em nada poderão garantir que existe algo externo aos nossos espíritos. Ficando apenas a ideia de que Deus é um ser perfeito e que, por ser perfeito, é impossível ser projetado por ideias do espírito de um imperfeito, assim como a ideia de perfeição fica impossível de ser tida como causa das impressões sensíveis.

Dessa forma, René Descartes chega à conclusão: já que somos capazes de criar essas ideias, existe um ser perfeito e infinito que as causou em nós.

Aqui estão, claramente, as concepções metafísicas cartesianas interferindo em sua teoria sobre o conhecimento, pois, se a dúvida nos conduz ao *cogito* – esse sujeito pensante que não precisa do corpo para que possa existir –, existem outras ideias que também não necessitam do externo, mas que se apresentam como

dados intelectuais dos quais a razão não poderia duvidar.

A teoria cartesiana das ideias evidencia a existência de Deus e da matemática como ideias inatas, claras, distintas, isentas de experiência e, desse modo, tidas como conhecimentos verdadeiros. Já as projeções mentais, os sonhos e os sentidos apresentam informações falsas sobre o conhecimento. Assim, apenas através das ideias que se pode ter conhecimento confiável.

David Hume é um herdeiro da teoria das ideias de Descartes. Tanto no *Tratado da Natureza Humana* quanto nas *Investigações sobre o entendimento humano*, Hume trata das origens de nossas ideias e aborda dois gêneros das percepções da mente humana que são triviais para compreensão da origem do conhecimento humano. O capítulo posterior mostra como Hume fará uso, parcialmente, dessas noções cartesianas sobre a teoria das ideias, dentro de um contexto empirista.

## IMPRESSÕES E IDEIAS EM DAVID HUME

Para David Hume (2009, p.25), todo nosso conhecimento deriva da experiência sensível e nada existe na razão que não tenha estado anteriormente na experiência. Para este autor, as percepções humanas se restringem a dois gêneros: *impressões e ideias*. Ambos se distinguem pela qualidade e pelo grau de intensidade que atingem e penetram em nosso pensamento. Sem impressão não existe ideia, ou seja, é impossível ter a ideia de algo que não tenhamos experimentado primeiramente enquanto impressão.

Aquilo que é retido pela mente humana com mais intensidade é chamado de *impressões*. Incluem-se nestas as paixões, sensações e emoções. Já as *ideias* são cópias dessas impressões no pensamento e no raciocínio. No entanto, há momentos em que nossas impressões são tão apagadas e fracas que não conseguimos

distingui-las das ideias. Porém, apesar da semelhança, são tão diferentes que não seria possível enganar-se ao separá-las em duas classes distintas, atribuindo a cada uma delas um nome característico para apontar suas diferenças.

David Hume faz, ainda, uma segunda divisão das percepções. É uma divisão entre *simples* e *complexas*. As percepções simples, sejam elas impressões ou ideias, são aquelas que não admitem nenhuma distinção ou separação, enquanto as complexas são o oposto, podendo ser distinguidas em partes. Mesmo que uma cor, um sabor e um aroma particulares sejam qualidades atribuídas a uma maçã, é fácil perceber que elas não são a mesma coisa e são distinguíveis umas das outras, de acordo com o autor.

Após essa divisão das percepções, “agora podemos nos dedicar a considerar de maneira mais precisa suas qualidades e relações” (HUME, 2009, p. 26). O primeiro ponto que o autor chama atenção é a grande semelhança entre nossas impressões e ideias em todos os pontos, com exceção de seus graus de força e vividez. De algum modo as ideias parecem ser reflexos das impressões, de forma que todas as percepções da mente são duplas, apresentando-se como impressões e como ideias.

Quando fecho os olhos e penso em meu quarto, as ideias que formo são representações exatas das impressões que antes senti; e não há sequer uma circunstância naquelas que não se encontre também nestas últimas. [...] Ideias e impressões parecem sempre se corresponder mutuamente. Essa circunstância me parece notável, prendendo minha atenção por um momento. (HUME, 2009, p. 27)

Nesse sentido, atribui-se à palavra “ideia” o sentido original, ou seja, aquilo que depende das sensações, representa fracas imagens das impressões. Assim, David Hume discorda da teoria cartesiana de que as ideias sejam inatas. As ideias não estão na origem dos pensamentos e não são inatas, as impressões<sup>4</sup> sim.

O autor afirma que entender a forma como a mente funciona é a base para apresentar como o ser humano cria o conhecimento relativo a todos as ciências produzidas. Os conhecimentos, no entendimento de Hume, associam as ideias por meio de princípios (ver-se-á a seguir), criando novas ideias. Em decorrência, o homem apresenta conclusões sobre os fatos no mundo. E a função da imaginação é primordial no processo da criação de conhecimentos para os seres humanos.

A distinção entre memória e imaginação é importante para explicar a formação da mente. A memória preserva a forma original que os seus objetos se apresentam. A principal função da memória não é preservar ideias simples, mas sua ordem e posição. Hume diz que “em suma, esse princípio se apoia em tantos fenômenos comuns e vulgares que podemos nos poupar o trabalho de continuar insistindo nele” (2009, p. 33-34). Já a imaginação tem a liberdade de transpor e transformar suas ideias. Sempre que a imaginação percebe uma diferença entre ideias, ela pode facilmente separá-las, de acordo com Hume (2009, p.34).

A imaginação passa facilmente de uma ideia a qualquer outra que seja *semelhante* a ela. Tal qualidade, por si só, constitui um vínculo e uma associação suficientes para a fantasia. Hume aponta que a imaginação vem do princípio de associação de ideias e que tal princípio, por sua vez, tem uma ligação com as relações entre qualidades de impressões e sensações que acontecem. Na *Investigação acerca do Entendimento Humano*, há um princípio de conexão entre os diversos pensamentos ou ideias do espírito humano e ao serem apresentados à memória ou à imaginação, introduzem-se uns aos outros com certo grau de regularidade (HUME, 2009, p 39). A imaginação, em Hume, adquire, através de um longo costume, o mesmo método de pensamento, e percorre as partes do espaço e do tempo ao criar seus objetos. Ao estabelecer

e classificar três princípios de conexão entre as ideias<sup>5</sup> ele nos convida a considerar alguns dos efeitos delas sobre as paixões e a imaginação.

Para entender o pensamento humano em relação à função da imaginação na construção do conhecimento humano, é necessário compreender a forma como as ideias ou pensamentos são criados. Hume, além de afirmar que as ideias ou pensamentos da mente humana vêm da experiência sensível e são apresentadas como imaginação, afirma que a imaginação relaciona tais ideias através de alguns princípios e, dessa maneira, formula novas ideias, chegando a conclusões sobre fatos do mundo. O autor diz, ainda, que se a imaginação possa repetir as sensações do sentido, não será igual à sensação original. Hume diz também que o mundo é constituído por fatos. De forma mais clara, há sempre algo na mente que foi fornecido pelos sentidos para gerar novos conhecimentos, chamados por Hume de imagem ou pensamento.

No último parágrafo da Seção 3, Livro 1, Parte 1 do *Tratado*, a imaginação é apresentada como de caráter impulsivo por natureza, fugindo à obediência que coloca a memória em um plano uniforme.

A mesma evidência nos acompanha em nosso segundo princípio, a liberdade que tem a imaginação de transpor e transformar suas ideias. As fábulas que encontramos nos poemas e romances eliminam qualquer dúvida sobre isso. A natureza é ali inteiramente embaralhada, e não se fala senão de cavalos alados, dragões de fogo e gigantes monstruosos. (HUME, 2009, p. 34)

Sendo assim, trata-se de uma característica de liberdade. E, graças a ela, a imaginação é destacada desde o início do *Tratado da Natureza Humana* como um recurso propenso a entrar em confronto com os dados da experiência. A capacidade de criar seres e objetos fantásticos, por exemplo, é uma forma de a imaginação ultrapassar o real que é ofertado pela experiência.

Todavia, o primeiro parágrafo da Seção 4, Livro 1, Parte 1, mostra que a falta de previsibilidade gerada pela liberdade pode ser rapidamente limitada pela influência dos princípios naturais de associação entre as ideias.

## O PROBLEMA DO RACIONALISMO EM DAVID HUME

Hume investigou sobre a origem, a possibilidade e os limites do conhecimento. A partir disso, o autor analisa a razão como fonte de conhecimento seguro. Tendo em vista a teoria das ideias de Locke<sup>6</sup>, Hume estabelece uma análise do entendimento humano como ponto de partida.

O conhecimento humano, em Hume, também faz referência a fatos. Este se baseia na experiência sensível e é proporcionado através das impressões. Assim surge o problema da causalidade em Hume, pois, se todas as ideias derivam das impressões sensíveis, logo, onde não há impressão sensível, não há conhecimento. Então não podemos dizer que temos conhecimento *a priori* da causa de um acontecimento.

David Hume percebe a importância do princípio da causalidade e da indução, pois “apenas a *causalidade* produz uma conexão capaz de nos proporcionar uma convicção sobre a existência ou ação de um objeto que foi seguido ou precedido por outra existência ou ação” (HUME, 2009, p. 102), além de ser a única que remete para além de nossos sentidos e nos informa acerca de existências e objetos que não vemos ou tocamos.

O raciocínio indutivo é a inferência de conexões causais que levam à crença em fatos sobre o modo como o mundo é. Mas o conhecimento desses fatos por si só não pode nos mover também. Ainda assim, Hume faz uma crítica severa a ambos: o nosso conhecimento dos fatos se limita às impressões atuais e à rememoração de impressões passadas.

Certamente não podemos dizer o que acontece no futuro, porque um fato futuro ainda não aconteceu. Contudo, há fatos que esperamos acontecer. Um exemplo: quando ateamos fogo no papel, esperamos que o papel queime. Essa certeza que temos se baseia na noção de causa, atribuímos ao fogo a causa de o papel queimar. O autor afirma que só por meio da experiência é que podemos conhecer a *relação entre causa e efeito* – que será tratada em capítulos posteriores. Tendo a experiência como a única fonte de conhecimento verdadeira dos fatos, conclui-se até aqui que só podemos conhecer *a posteriori*.

O modo como assumimos com naturalidade determinados eventos, não deriva, segundo Hume, de uma dedução lógica, mas de nossa predisposição em formar hábitos. O hábito de observar o mesmo evento ocorrendo sempre induz a crer que continuará a ocorrer. “Todas as inferências da experiência são, pois, efeitos do hábito, não do raciocínio” (HUME, 2004, p. 75).

O hábito é, assim, o grande guia da vida humana. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós, e faz-nos esperar, no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhante às que ocorreram no passado. Sem a influência do hábito, seríamos inteiramente ignorantes de toda questão de fato que extrapole o que está imediatamente presente à memória e aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar meios a fins, nem como empregar nossos poderes naturais para produzir um efeito qualquer. Pôr-se-ia de imediato um fim a toda ação, bem como à parte principal da especulação. (HUME, 2004, p. 77)

No entanto, Hume diz que seria conveniente observar que:

Ainda que as conclusões que tiramos da experiência nos conduzam para além do âmbito de nossa memória e de nossos sentidos e nos assegurem da ocorrência de fatos nos mais distantes lugares e nas épocas mais remotas, é sempre necessário que algum fato esteja presente aos sentidos ou a memória, para

que dele possamos partir em busca dessas conclusões. (HUME, 2004, p. 78)

Em suma, se não temos como base algum fato, esteja ele presente à memória ou aos sentidos, nossos raciocínios serão apenas hipóteses, e nada haveria que pudesse sustentá-lo e jamais poderíamos chegar ao conhecimento seguro de qualquer coisa. No entanto, “se lhe pergunto por que acredita em algum fato particular que está relatando, você terá de fornecer-me alguma razão, e essa será algum outro fato conectado com o primeiro” (HUME, 2004, p. 78). Segundo Hume, não há possibilidade de conduzir *in infinitum*, pois é necessário que algum fato esteja presente na memória ou aos sentidos, caso contrário, deve-se admitir que nossa crença é inteiramente infundada.

Sobre o assunto, Hume conclui que toda crença que se refere a fatos ou à existência segura de coisas provém, especificamente, de algum objeto presente à memória ou aos sentidos e de uma ligação habitual entre esse objeto e algum outro. É o hábito que nos leva a inferir nesta relação existente entre causa e efeito de determinado fenômeno, pois, se no passado ocorreram fatos seguidos de outros, é esperado que, no presente e no futuro, também ocorram.

## CONCLUSÃO

Em sua conclusão, onde defende que o racionalismo não é a fonte primordial do conhecimento humano, Hume rejeita as ideias inatas. Ele explica que, se todas as ideias derivam das impressões sensíveis, onde não há impressão sensível, não há conhecimento – conhecimento de fatos<sup>7</sup>. Dessa forma, não há possibilidade em dizer que temos conhecimento *a priori* da causa de um acontecimento.

Na seção 4 da *Investigação acerca do Entendimento Humano*, Hume divide os objetos da razão humana em dois tipos: *relações de ideias* e

*questões de fato*. O primeiro tipo está relacionado às ciências da geometria, álgebra e aritmética, isto é, toda afirmação que é intuitiva ou demonstrativamente certa. Para o autor, as proposições desse tipo podem ser descobertas pela simples análise lógica das ideias que a constitui.

As do segundo tipo não são determinadas do mesmo modo e nossa evidência sobre sua verdade é da mesma natureza que a anterior. Elas evidenciam proposições do conhecimento sobre o mundo onde a verdade só pode ser conhecida através da experiência, ou seja, é necessário observar os fatos para constatar se elas são verdadeiras ou falsas.

Que o sol nascerá amanhã não é uma proposição menos inteligível nem implica mais contradição que a afirmação de que ele nascerá; e seria vão, portanto, tentar demonstrar sua falsidade. Se ela fosse demonstrativamente falsa, implicaria uma contradição e jamais poderia ser distintamente concebida pela mente. (HUME, 2004, p. 54)

Na teoria cartesiana, essas relações de causa e efeito são conhecidas por intuição ou por dedução. Quando possuímos uma ideia clara e distinta da causa, podemos saber, de imediato e por intuição, o que necessariamente resulta dela. Agora, se não estamos em condições de intuir sobre a ligação que deve existir entre a causa e o efeito, é necessário extrair essa ligação por meio de uma rede de raciocínios. Independentemente, no pensamento cartesiano, a razão tem condições de, *a priori*, saber dessa relação.

A geometria, quando utilizada no que Hume chama de filosofia natural<sup>8</sup>, ajuda a aplicar e estabelecer certas leis, pois, “seria muito sagaz o homem capaz de descobrir pelo simples raciocínio que o cristal é o efeito do calor e o gelo o efeito do frio, sem estar previamente familiarizado com as operações dessas qualidades” (HUME, 2004, p.61). Dessa forma, tem-se somente um conhecimento apropriado, não uma certeza absoluta.

David Hume (2004, p.60) mostra que a própria matemática usada nas ciências da natureza não concede certeza absoluta às questões de fato, uma vez que ela apenas auxilia na utilização das leis naturais, que são descobertas empiricamente e para as quais não se tem comprovação.

Foi visto que as relações de ideias são aquelas que podem ser certas, intuitivas e demonstrativas, tendo em vista sua elaboração, sem levar em consideração o que possa existir em qualquer parte do universo. Tais relações (de ideias) são referentes à álgebra, aritmética e geometria, sendo passíveis de demonstração obedecendo ao Princípio de Não-Contradição.

A definição da lógica clássica sobre o que é o Princípio de Não-Contradição diz que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo<sup>9</sup>.

Na filosofia humiana, esse princípio se mostra essencial para a explicação sobre a conexão necessária que existe entre elementos abstratos fundados nas relações de ideias. Hume (2004, p.95) afirma que a grande vantagem da matemática consiste no fato de que, por ser facilmente apreensível, ela sempre é clara e determinada.

Hume faz uma análise rigorosa da mente para que seja possível compreender a natureza do conhecimento humano, porque apenas desse modo é possível saber quais os tipos de questões que a mente consegue dar conta e quais são as que se encontram fora das suas capacidades.

Após uma longa análise, o autor conclui que todas as nossas ideias derivam de impressões sensíveis, o que foi fundamental para falar acerca da matemática na filosofia humiana.

Embora o trabalho se refira bastante às questões de fato para uma melhor compreensão sobre a causalidade em Hume, o foco foi compreender como seria possível a matemática estar

contida nas relações de ideias. Segundo Hume, esta é passível de demonstração e cumpre com o que é dito pelo Princípio de Não-Contradição.

No entanto, como a mente possui um princípio desse tipo? Pois o Princípio de Não-Contradição não vem do externo à mente, da empiria, já que esse externo compõe as matérias de fato, uma vez que, nesta, tudo pode ser negado. Aparentemente, o próprio princípio não pode ser negado, pois Hume faz uso dele para fundamentar a matemática. Essa questão não fica muito clara em Hume e o status da matemática parece ter uma base lógica, derivada de um compromisso apenas “verbal”, vinculado a termos e remetidos, em última análise, a ideias particulares.

Dessa maneira, várias questões podem surgir. Como a mente opera e reconhece a certeza matemática? Pois, para Hume, a mente trabalha com ideias particulares, enquanto a matemática não é formada por ideias particulares, mas por cálculos de nomes, seguindo a concepção de Berkeley, que Hume parece defender.

E por que um nome pode remeter a uma ideia mesmo que particular, mas não a uma ideia geral? Em Hume, não temos ideias de partes infinitas, ou seja, ele usa a sua teoria das ideias com base empirista para fazer a crítica aos infinitésimos. Por outro lado, ele poderia fazer o que faz no resto da matemática: propor apenas uma lógica para esses procedimentos, como se faz na aritmética.

Como em muitas questões em suas obras, Hume fala sobre o conhecimento matemático, mas não o fundamenta por completo. Tendo em vista a complexa relação entre ideias gerais e termos gerais, estaríamos, portanto, voltando ao problema da *querela dos universais*?

## NOTAS

1. Aluna do curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Brasília . Email: lorena.fiungo@gmail.com.
2. Para Descartes, o *cogito* é a constatação do pensamento. Seria o ato de pensar sobre o pensamento. Nesse sentido, o pensamento seria o ponto arquimediano do qual se pode partir para construir certezas rigorosas. No entanto, como veremos, a existência de Deus é que fundamentará todo o conhecimento certo, em última instância.
3. As ideias inatas são aquelas que se manifestam em nossa mente, produzidas sem recurso da experiência; as adventícias são as que chegam até nós através dos sentidos; e as criadas por *mim mesmo* (factícias) são produzidas na imaginação. As ideias inatas seriam, para Descartes, as matemáticas, a ideia de Deus, e o próprio *cogito*, pois são produzidos sem recurso da experiência e encontram-se em algum lugar de nossas mentes.
4. Quanto ao termo “impressões”, Hume diz que “gostaria que não o entendesse aqui como exprimindo a maneira pela qual nossas percepções vividas são produzidas na alma, mas como exprimindo as próprias percepções – para as quais não existe um nome particular, nem em inglês, nem que eu saiba, em nenhuma outra língua” (HUME, 2009, p.26).
5. Hume classifica três princípios de conexão entre as ideias: de *semelhança*; de *contiguidade* no tempo ou no espaço; e *causa e efeito*. Um retrato conduz naturalmente nossos pensamentos para o original devido a *semelhança*; quando se pensa em escrever uma história, por exemplo, isso nos leva naturalmente a uma indagação ou observação de algo que ocorreu em determinado espaço e em determinados tempos, por conta da *contiguidade*; a unificação de diversos eventos em um corpo é a *causa e efeito*. Através dos princípios citados, é que as ideias penetram na mente e concebem diferentes enunciados, que podem ou não serem convincentes, dependendo da conexão entre elas.
6. J. Locke procurou investigar a origem do entendimento humano com base nos graus da crença, opinião e assentimento. Assim como Hume, Locke afirmava que não existem ideias inatas em nossa mente. Para ele, nossa mente é como uma folha em branco e, conforme vamos vivendo, as impressões sensíveis vão se depositando. Em seguida, por meio de processos mentais, elas se tornam impressões. Em Locke, as ideias da quantidade não são as únicas capazes de demonstração. O conhecimento se fundamenta em “relações de ideias”, que permanecem invariáveis, claro, se as ideias não se alterarem. Hume e Locke divergem quando se trata da caracterização da crença, que, para Hume, reina na esfera da opinião e é estendida para todas as questões de fato e de existência.
7. Esse conhecimento referente a fatos baseia-se na experiência sensível e é proporcionado através das impressões.
8. Chama-se de Filosofia Natural a parte que trata de questões relacionadas ao conhecimento das causas e que se baseia em métodos adequados de prova para compreender o funcionamento da natureza. Denominada por muitos filósofos como “ciência da natureza”, chamamos comumente de “física”.
9. Proposição da lógica clássica  $\neg(P \wedge \neg P)$ .

## REFERÊNCIAS

- BERKELEY, G. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano e três diálogos entre Hylas e Filonous**. Trad. Antônio Sérgio, São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural, 1973.

DESCARTES, R. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Trad. Fausto Castilho, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

HUME, D. **Investigação acerca do Entendimento Humano**. Trad. José de Oscar de Almeida Marques, São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Trad. D. Danowski, São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.